

POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BAIXO SUL DA BAHIA

Márcia Martins Ornelas¹
Leonardo Teixeira Sousa²

Resumo: O presente estudo apresenta uma reflexão sobre as potencialidades para a disseminação da Educação Ambiental no Baixo Sul, território situado no litoral baiano. Com o objetivo de identificar as potencialidades para a promoção da Educação Ambiental nas escolas, em um recorte territorial constituído por diversos ecossistemas que configuram um cenário de belas paisagens naturais, sendo um dos destinos mais procurados pelos turistas que visitam a Bahia. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, pela utilização da literatura especializada ao discutir as potencialidades da Educação Ambiental nas unidades escolares do território de identidade Baixo Sul. Diante dos avanços da atividade turística e a ameaça à biodiversidade dos diferentes ecossistemas existentes, principalmente, pelo avanço de grandes empreendimentos turísticos na região e a emergência de conflitos socioambientais são aspectos que demandam a intervenção por meio de políticas públicas que visem à promoção da consciência crítica, respeito à natureza, bem como a garantia dos direitos territoriais às comunidades tradicionais que ocupam ancestralmente seus territórios.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais; Baixo Sul da Bahia; Educação Ambiental.

Abstract: The present study presents a reflection on the limits and possibilities for the dissemination of environmental education in the Baixo Sul, a territory located on the coast of Bahia (Brazil). With the aim of identifying the potential for promoting environmental education in schools, in a territorial area made up of different ecosystems that form a setting of beautiful natural landscapes, being one of the most sought-after destinations by tourists visiting Bahia. The research presents a qualitative, bibliographical approach, using specialized literature to discuss the potential of environmental education in school units in the Baixo Sul identity territory. Given the advances in tourist activity and the threat to the biodiversity of different existing ecosystems, mainly due to the advancement of large tourist developments in the region and the emergence of socio-environmental conflicts, these are aspects that demand intervention through public policies aimed at promoting critical awareness, respect for nature, as well as the guarantee of territorial rights to traditional communities that ancestrally occupy their territories.

Keywords: Socio-environmental Conflicts; Lower South of Bahia; Environmental Education.

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: marcinha.ambiental@gmail.com,
Link para o Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9459364033176893>

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Santa Inês.
E-mail: leonardo.sousa@ifbaiano.edu.br., Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8032009342038905>

Introdução

De modo geral, o ensino na educação básica é caracterizado pela literatura por procedimentos meramente tradicionais, delimitados a aulas expositivas, leitura e discussão de textos, exercícios, entre outros. Para Saviani (1991), a ênfase desse ensino pauta-se na transmissão dos conhecimentos, além da memorização mecânica de conteúdos e práticas pedagógicas fortemente centralizadas no livro didático. Além disso, a ausência da contextualização, os termos técnicos e a carência da interdisciplinaridade podem torná-lo desinteressante para os alunos (Matos; Maknamara; Prata, 2017).

Por meio da Educação Ambiental (EA) constatam-se iniciativas multidisciplinares para a problematização ética das pessoas, fator essencial para ser implantada mediante ações coletivas e individuais, ao refletir sobre questões sociais e ambientais nos espaços escolares e/ou na comunidade civil. De modo geral, é perceptível que as pessoas têm uma atitude de pouca consciência e sensibilidade em relação à importância dos recursos naturais para a qualidade de vida da população, o que contribui para a disseminação e crescimento dos problemas ambientais, seja nas áreas urbanas ou rurais.

Nesse sentido, as unidades escolares são instituições importantes na promoção de estratégias de sensibilização ambiental para refletirmos a respeito dessa temática e dos entraves das questões ambientais. Assim, a escola na condição de formadora, pode fomentar a construção de um novo paradigma de desenvolvimento social, político e econômico, problematizando as questões ambientais na busca da promoção de sociedades sustentáveis (Silva, 2019).

Tendo em vista a necessidade de implementação da EA na educação básica prevista na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e na Política Estadual de Educação Ambiental, os espaços escolares obrigatoriamente devem promover momentos de reflexão para que os alunos sejam sensibilizados a adotar uma postura crítica diante dos problemas ambientais. Para que tenham um comportamento mais consciente e comprometido em relação ao consumo, desigualdade social e uso dos recursos naturais. Nesse sentido, a EA fundamenta-se como um eixo integrador da rotina escolar com uma perspectiva de diálogo e interação para a solução de desafios e configura-se como uma necessidade educacional.

A escolha pelo Baixo Sul, como área de estudo da pesquisa, remete ao fato de possuir uma das maiores extensões de Mata Atlântica contínua do Estado, bioma intensamente degradado. Diante do estágio de forte degradação em que se encontra o bioma, verifica-se a necessidade de implementação de políticas ambientais que assegurem a proteção das áreas remanescentes de Mata Atlântica. Além disso, como professora de Biologia, percebo uma fragilidade da EA nos currículos de graduação para a formação de professores. Comprometendo, dessa forma, a formação de profissionais que sejam capazes de despertar na juventude um pensamento crítico em torno das questões socioambientais. Sorrentino e Biasoli (2014) corroboram com essa perspectiva

e apontam que é perceptível lacunas nos cursos de licenciatura, pois, na maioria das vezes, os currículos não estão estruturados para instrumentalizar os docentes para a EA, evidenciando a falta dessa preocupação expressa em seus planos de curso.

De acordo com o Dossiê Mata Atlântica (2001) a Mata Atlântica é um dos biomas mais ameaçados do planeta. Sua extensão total perfazia mais de 1,3 milhões km², que corresponde à 15% do território nacional, estendendo-se por 17 estados (do Ceará ao Rio Grande do Sul). Este bioma, desde os primórdios da colonização, é acometido por processos de desmatamento para conversão de áreas de vegetação natural em áreas produtivas. Conforme fica evidenciado através dos ciclos da cana-de-açúcar na região Nordeste, pela mineração, pelas pastagens e pelo cultivo de café na região Sudeste. Posteriormente, a intensificação dos processos de urbanização e industrialização também contribuíram para a devastação da vegetação original do bioma.

O processo de fragmentação foi particularmente intenso nas áreas da faixa litorânea do Nordeste, onde resta menos de 1% da área original (Dossiê Mata Atlântica, 2001). No território do Baixo Sul, o bioma Mata Atlântica tem sido severamente degradado pelo desmatamento da vegetação nativa para instalação de empreendimentos turísticos, gerando, consequentemente, um conjunto de ameaças para as comunidades tradicionais que habitam o território e fazem uso da prática do extrativismo dos recursos encontrados no ambiente natural como meio de sobrevivência.

Os municípios baianos deste território são caracterizados pelas belezas naturais de excepcional valor cênico que estimulam o ecoturismo como vetor de desenvolvimento regional pelos setores público e privado. Em parte desses municípios foram criadas Áreas de Proteção Ambiental (APA) para proteger as áreas de restingas e manguezais característicos do bioma, além das áreas de estuários que abrangem municípios vizinhos, remanescentes de Floresta Ombrófila Densa e da Bacia Hidrográfica do Rio Juliana. Apesar disso, atributos naturais também estão sendo ameaçados pela crescente ocupação urbana, decorrente da proximidade de destinos turísticos como as praias de Guaibim, Morro de São Paulo, Boipeba, Gamboa, Barra Grande, Pratigi, entre outros atrativos turísticos na região (Bahia, 2004).

É válido destacar que parte desses municípios abrigam comunidades tradicionais (pesqueiras, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de pequenos/as agricultores/as) que caracteriza a formação histórica do Baixo Sul. De acordo com Silva (2013) e De Vore (2014), os quilombos tiveram um papel importante na constituição do tecido social da região, tendo sido fundadas por negros fugidos do regime de escravidão em áreas remotas no interior do território, protegendo-se nas densas florestas dos vales, ou em áreas de difícil acesso em meio à rede de canais do estuário na Baía de Camamu.

Tais comunidades tradicionais estabelecem formas tradicionais de uso do território e dos recursos naturais utilizando conhecimentos e práticas que

são preservadas e transmitidas por diversas gerações. Essas comunidades sobrevivem da pesca artesanal, mariscagem, agricultura e extrativismo, colaborando para a proteção da biodiversidade dos ecossistemas, em virtude do uso sustentável dos recursos naturais.

A esse respeito, Porto (2019) alerta que os interesses de desenvolvimento baseado no turismo tem sido o principal motivo de desapropriação das comunidades tradicionais no Baixo Sul, vivenciando ameaças aos seus territórios e dos recursos naturais em detrimento a uma perspectiva de desenvolvimento socioeconômico predatório. Nesse sentido, a expansão da atividade turística na região tem gerado conflitos socioambientais no território e ameaças à biodiversidade do bioma (Silva, 2013; De Vore, 2014; Porto, 2019).

Nesse sentido, tendo em vista a fragilidade dos ecossistemas pela expansão de um modelo de turismo elitizado e predatório, cujos desdobramentos se manifestam sob a forma de conflitos socioambientais que ameaçam às comunidades tradicionais presentes no território, definimos a seguinte pergunta de pesquisa: quais estratégias didático-pedagógicas podem ser utilizadas no processo de ensino-aprendizagem da Educação Ambiental, tendo em vista a proteção da biodiversidade do Baixo Sul da Bahia? Assim, busca-se por meio deste trabalho identificar as potencialidades para a promoção da Educação Ambiental nas escolas em um recorte territorial e propor estratégias pedagógicas viáveis para a prática do professor.

Referencial Teórico

Contexto da Educação Ambiental

Segundo Loureiro (2004), a EA é um meio educativo pelo qual se podem compreender de modo articulado as dimensões ambientais e sociais, problematizar a realidade e buscar as raízes da crise civilizatória. Por meio desta, buscam-se atingir todos os cidadãos que estão inseridos ao meio ambiente vinculando-os a uma sensibilização ética e emancipatória.

Entende-se por EA como um processo pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, refletindo o uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Assim, a EA consiste em um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (Sorrentino; Biasoli, 2014).

Pelo exposto, o professor, na qualidade de formador, deve assumir e colocar em prática a EA, evidenciando meios de processos educativos que contemplam as razões da importância do estudo da EA, que visa sensibilizar o próximo, vislumbrando a importância da preservação do meio ambiente e

refletir ações essenciais para a continuidade desse processo educacional de forma transdisciplinar no âmbito escolar.

A esse respeito, Souza (2003) aponta como finalidades da EA: desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, sociais, legais, políticos, econômicos, culturais e éticos; estimular e fortalecer uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; proporcionar o acesso à informação, bem como promover a construção e aquisição de conhecimentos, habilidades e o desenvolvimento de atitudes e comportamentos ambientalmente comprometidos; incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Nessa direção, questionamos: qual o papel do educador? A preparação do professor por meio da formação continuada deve ser vista como essencial, pois possibilitam diálogos que fomentam estratégias na prática pedagógica e na articulação dos conteúdos de forma interdisciplinar com a EA, de forma democrática e coesa, com um conjunto de ações estratégicas. Assim, o educador, além de colaborar no processo de ensino-aprendizagem, possibilita a motivação de seus alunos na busca pela preservação e conservação da biodiversidade.

Nesse sentido, para que os objetivos da Educação Ambiental sejam alcançados é necessário que a EA desenvolva uma relação estreita entre os processos educativos e a realidade, buscando fundamentos para suas atividades na própria comunidade em uma perspectiva interdisciplinar e globalizada que possibilite o entendimento dos problemas ambientais, na busca por diálogos e na sensibilização ambiental (Reigota, 2001).

Ao se tratar da formação inicial de professores, vincular esses conteúdos de maneira interdisciplinar e de forma prática favorecem o conhecimento pedagógico do conteúdo, fundamental na formação (Reali; Mizukami, 2002). Diante desse contexto, Sorrentino e Biasoli (2014) apontam que as instituições de ensino superior não abordam a EA nos seus currículos. Nos cursos de licenciatura há uma carência dessa temática expressa nos planos de curso, justificando a importância da revisão de seus currículos, gestão, construções e relacionamentos comunitários.

A esse respeito, Silva (2022) discute que o currículo, nos cursos de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, não insere a EA como disciplina, entretanto, existe uma associação da temática com temas relacionados com o meio ambiente, ecologia e o contexto político e social. Apesar disso, o autor considera que a formação dos professores ainda é incipiente, justificando a importância de uma disciplina específica para discutir a EA na formação e atuação do professor de biologia.

Nessa direção, é perceptível a existência de um enfoque somente aos conteúdos específicos, não os relacionando com a futura prática do licenciado em formação, o que poderá refletir no processo de ensino-aprendizagem da EA na educação básica. Além disso, acreditamos que a abordagem dessa temática deve estar pautada nas exigências dos planos de cursos e ementas das disciplinas dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, que não apontam especificidade para a formação do professor.

A ausência desse conhecimento durante a formação inicial poderá repercutir na atuação dos futuros professores no tocante à discussão sobre a EA nos espaços escolares, podendo acarretar uma prática profissional menos comprometida com a temática. Entretanto, esta realidade não pode ser negada e não deve ser considerado como um processo de remanejamento curricular, mas de preparação dos futuros professores em como lidar com essa temática na sua prática pedagógica, na busca pela problematização de toda comunidade acadêmica quanto às questões ambientais. A esse respeito, a literatura aponta o desafio para as instituições e os cursos em preparar seus discentes para atuarem na temática ambiental (Souza, 2016). Sendo assim, esse cenário reafirma uma formação de professores incipiente para disseminar a EA nos espaços escolares.

Diante das circunstâncias apresentadas, trabalhar com práticas envolvendo a EA são essenciais ao possibilitar a sensibilização dos alunos, ao reconhecerem a necessidade de se comprometer com a preservação e conservação do meio ambiente, em especial do bioma em que estão inseridos. Nesse sentido, a escola, na qualidade de formadora, é um espaço de interação, formação e construção da cidadania que se constitui como um ambiente essencial na discussão das questões ambientais, exigindo dos professores uma formação acadêmica que contribua na formação de sujeitos críticos e reflexivos da causa ambiental.

Metodologias de Ensino na Educação Ambiental

Os procedimentos de ensino são tão importantes na prática pedagógica dos professores quanto os conteúdos de aprendizagem. Por isso, a necessidade de transpor os métodos tradicionais de ensino através da proposição de novas metodologias que provoque uma educação crítica e problematizadora, na qual os alunos desenvolvam seu processo de compreensão tendo em vista a transformação da realidade (Paiva et al., 2017).

Propor estratégias de ensino nos espaços educativos formais e não formais é fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, associar o conteúdo científico com as vivências dos alunos é um aspecto essencial. Ao refletirmos esse contexto, o currículo e atuação do professor na educação básica são os pilares para a instrumentalização da EA nos espaços escolares. Ou seja, propor um ensino voltado à aprendizagem dos conteúdos por meio de metodologias diferenciadas com estratégias que minimizem o

paradigma do tradicional habitualmente utilizado pelos professores da educação básica.

Nesse sentido, Pimenta e Lima (2004, p. 236) identificam os professores como “sujeitos que podem construir conhecimento sobre o ensinar na reflexão crítica sobre a sua atividade, na dimensão coletiva e contextualizada”. Por isso, muitos professores buscam adotar aulas mais dinâmicas e atraentes, articulando-as com a realidade dos alunos, com atividades que fujam do aspecto tradicional, proporcionando assim a aprendizagem de forma contextualizada (Ribeiro; Santos, 2001).

Dentro do contexto da EA, faz-se necessário desenvolver práticas educativas centradas na EA, de forma a dialogar sobre o atual modelo de desenvolvimento, “marcado pelo caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais” (Jacobi, 2003, p. 196). Além de pensar um currículo pautado na EA, é necessário propor reflexões e práticas pedagógicas que sensibilizem os alunos quanto a percepção dos problemas ambientais mundiais, nacionais e locais, evidenciando criticamente a relação dos seres humanos com a natureza e entre eles (Trein, 2008).

As atividades lúdicas têm sido utilizadas no processo de ensino-aprendizagem, pois estimula os alunos no interesse pelos conteúdos, ao gerar motivação e curiosidades. Nesse cenário, vários tipos de metodologias permitem a inserção da EA no âmbito escolar, uma delas é por meio das aulas de campo, onde é possível abordar interdisciplinaridade entre todas as áreas do conhecimento (Ferreira, 2010). Promovendo reflexões quanto às questões ambientais, desenvolvimento crítico dos alunos e na construção da cidadania.

De acordo com Pedroso (2009), atividades que envolvam brincadeiras e jogos têm uma grande importância pedagógica, sendo reconhecidos pela sociedade como meio de possibilitar ao indivíduo um ambiente agradável, motivador, que possibilita a aprendizagem de várias habilidades. Para Krasilchik (2004), a utilização de diferenciadas modalidades didáticas contribui positivamente no processo de ensino-aprendizagem e consequentemente na promoção da EA, entre elas podemos citar: as aulas expositivas dialogadas, experimentos, discussões com base em filmes, aulas práticas, atividades de campo e projetos.

Outro recurso que pode fazer parte da rotina da escolar, é a horta pedagógica, utilizada como ferramenta na promoção da EA. Esta, fomenta outras discussões como os saberes populares, os usos e costumes envolvendo as espécies ali presentes (Silva, 2015). Além de discussões sobre o uso de agrotóxicos, a importância do adubo orgânico, entre outros temas transversais para elucidar os princípios da EA no espaço escolar.

Assim, a prática educativa que envolva a EA deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, em parceria com as demais áreas do conhecimento, não somente a Biologia. A fim de desenvolver a sensibilização ambiental e

colaborar para que tenhamos multiplicadores desses saberes, possibilitando a construção de novos conhecimentos de modo colaborativo e dialógico entre professores, alunos e sociedade.

Metodologia

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório, baseada em levantamento bibliográfico para subsidiar o estudo da EA no Baixo Sul (BA). Os artigos foram catalogados por meio de plataformas digitais de cunho acadêmico como: *Google Scholar* e *Scielo* que compuseram a fonte de dados para embasamento da presente pesquisa. Foram realizadas consultas nas plataformas acadêmicas direcionando aos seguintes descritores: Educação Ambiental, Baixo Sul, Bahia e Comunidades Tradicionais. Utilizando como critérios de inclusão, artigos em português, artigos, textos completos, teses, dissertações, monografias e livros que auxiliaram na discussão do problema de pesquisa proposto publicados entre o período de 2013 a junho de 2023.

Foram registrados 15 estudos, destes, 05 foram excluídos e os demais submetidos a análise do título, dos objetivos e do problema de pesquisa, para identificar quais deles atendiam a proposta aqui pretendida. A maioria dos estudos discutem de forma geral as relações de conflitos vivenciadas no Baixo Sul da Bahia pelas atividades turísticas e outros abordam a respeito das comunidades tradicionais, em especial os aspectos socioeconômicos das marisqueiras. Dos artigos encontrados, apenas um estudo se aproximou do objetivo do nosso trabalho por apresentar uma proposta de intervenção pedagógica baseada em questões sociocientíficas em um espaço educacional não formal, entretanto, os autores descrevem o contexto socioambiental e cultural que foram levantadas pela intervenção ao discutir as relações da comunidade e seus ambientes, ao problematizar o manejo socioambiental responsável na comunidade (Pimentel-Júnior, 2015). Tendo em vista que os artigos não atendem os objetivos aqui propostos, os mesmos foram excluídos.

O presente estudo foi desenvolvido no Baixo Sul na Bahia, para refletir sobre as potencialidades da EA na região. Este território abrange os seguintes municípios: Aratuípe, Cairu, Camamu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Gandu, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (Figura 1), incluídos em áreas de proteção ambiental, na Mata Atlântica, bioma muito fragilizado em todo Estado da Bahia.

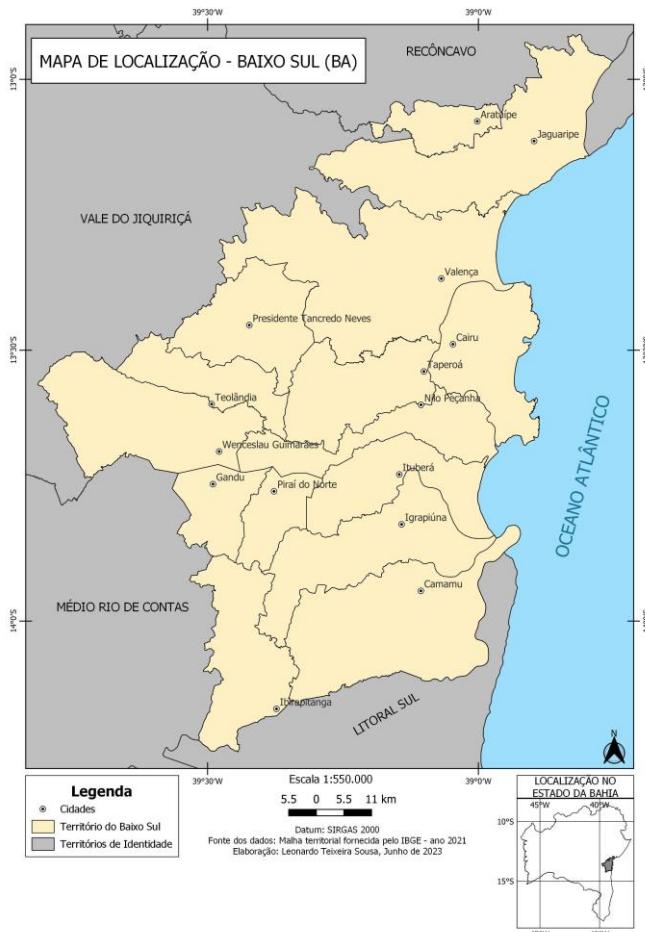


Figura 1: Mapa de distribuição dos municípios que compreendem o território do Baixo Sul. **Fonte:** Sousa (2023).

Em decorrência dos resultados da coleta dos dados, foram desenvolvidas outras análises que pudessem subsidiar o entendimento das potencialidades da Educação Ambiental no Baixo Sul da Bahia. Para isso, utilizamos da legislação brasileira para discutir de forma crítica a EA neste território de identidade.

Nesse sentido, apresentamos o contexto dos documentos oficiais que discutem a EA e posteriormente, as possíveis estratégias pedagógicas para os professores da educação básica utilizarem na problematização ambiental com os alunos, promovendo metodologias referentes a concepção de meio ambiente, os processos socioeconômicos, políticos e culturais do território, além da importância da preservação e conservação dos recursos naturais que os cercam.

Resultados e Discussão

A EA surgiu na legislação brasileira desde 1973 com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) por meio do Decreto nº 73.030, tendo como atribuição “assegurar a conservação do meio ambiente e o uso

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 1: 340-360, 2025.

racional dos recursos ambientais". Em outubro de 1981, a Lei nº 6.938, institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), nesta foi apontada a necessidade de discutir a EA em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitar-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (Brasil, 2005). Para subsidiar às práticas de EA, em 2012 foi publicado pelo Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP), a Resolução nº 2, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), reafirmando a EA como componente integrante, essencial e permanente da educação brasileira, devendo compor o currículo escolar e disseminar na escola de forma integrada e interdisciplinar. Como previsto na DCNEA, a EA deve pautar-se "mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental" (Brasil, 2012, p. 5).

Atualmente, a legislação apresenta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que norteia os projetos pedagógicos das escolas brasileiras, tendo a sua última versão sido homologada em dezembro de 2017. Nesse documento, há uma frágil presença da EA no Ensino Infantil e Ensino Fundamental (Menezes; Miranda, 2021), discutindo a temática por meio de uma contextualização de temas transversais restrito aos componentes curriculares de Ciências da Natureza e Geografia. Para essas autoras "mencionar a EA apenas como temas transversais dentro do texto de um documento da magnitude que é a BNCC aponta para o esvaziamento da complexa metodologia da EA em todas as áreas de conhecimento" (Menezes; Miranda, 2021).

É habitual falar de EA na área de Ciências da Natureza ao vincular os temas socioambiental e sustentabilidade, entretanto, na BNCC não fica evidente uma orientação no que se refere aos procedimentos pedagógicos que devem conduzir a EA na educação básica. Ao pensar a transversalidade nesse contexto, é uma construção coletiva da unidade escolar que contribui para formação humana dos alunos, favorecendo a compreensão das relações sociais que envolve temas atuais e estimulam a aprendizagem.

Diante desse contexto, a Agenda 2030 apresenta uma proposta de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes ao propor direcionamentos para um mundo mais sustentável, acreditando na necessidade de ações transformadoras, sendo suas as metas representadas pela busca de mudanças socioambientais em direção à sustentabilidade e a uma realidade social mais justa e inclusiva (Brasil, 2018). Tendo em vista os ODS, a Educação Ambiental configura-se como um elemento significativo para atender os objetivos propostos neste documento.

Existem legislações que normatizam a EA no Estado da Bahia, a exemplo da Resolução CEE-BA nº 11, de 17 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino da Bahia. A lei estadual nº 12.056, de 7 de janeiro de 2011 que institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, além do decreto nº 19.083, de 6 de junho de 2019 que regulamenta esta lei.

No Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio (DCRB), a EA aparece como temas integradores para a Educação Infantil e Ensino Fundamental por meio da integração dessa temática ao cotidiano e ao projeto político-pedagógico, contribuindo para a formação integral e cidadã dos alunos. O documento destaca ainda, a importância dessa abordagem nas unidades escolares, ao implementarem a EA com viés crítico, emancipatório e transformador, como destacam Loureiro (2004) e Layrargues (2012), considerando as especificidades e necessidades de cada território, de forma a promover a problematização dos problemas ambientais e sociais.

Dada essa necessidade educacional, Lustosa, Gomes e Carvalho (2023) reafirmam a necessidade da formação de professores tendo em vista as práticas sustentáveis. Pois, apesar da existência da legislação educacional quanto a necessidade de pautar a EA nos currículos e na estruturação da educação básica, é percebido na literatura o descompromisso das unidades escolares quanto a transformação de seu sistema educacional.

Além dos referidos documentos, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1997, 1998), ao estabelecer orientações ao professor da educação básica a considerar as práticas sociais dos alunos no ensino, é importante adaptar seus métodos de ensino-aprendizagem às peculiaridades locais. “No entanto, a mudança na prática ainda é incipiente” (Lima, 2014, p. 4028).

Certamente, as escolas precisam assumir o compromisso de incorporar aos seus currículos propostas pedagógicas que abordem temas que afetam a vida humana de maneira transversal buscando por meio da EA educar sujeitos críticos e problematizadores das causas ambientais, sociais, políticas, econômicas, entre outras. É válido ressaltar que promover a sensibilização ambiental requer esforço, pois implica uma mudança de valores, em uma nova visão de mundo que vislumbre uma sensibilização coletiva.

Nesse contexto, os professores convivem com desafios diariamente, para estimular o aluno a ser um questionador das questões ambientais que o circundam e para inserir na sociedade um cidadão crítico e consciente. Levando em consideração a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a temática ambiental aparece entre as competências gerais: “agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”. Entretanto, no documento ao orientar o ensino nas escolas, a EA não recebe a devida importância, o que não fomenta mudanças para o seu fortalecimento nas atividades interdisciplinares no âmbito escolar por parte dos professores (Silva, 2019; Silva; Loureiro, 2020).

Um entrave desse ensino nas escolas públicas e privadas, por exemplo, é a maneira como abordam a EA em seus processos de ensino-aprendizagem de forma pontual. Apenas em comemorações como o dia da água, feiras de ciências, ações pontuais de reciclagem, implantação de hortas, sem o desenvolvimento de atividades interdisciplinares que podem ser

realizadas em paralelo entre diversas áreas do conhecimento, e buscando discussões mais amplas quanto ao uso consciente dos recursos naturais e outras questões que afetam direta ou indiretamente o ambiente que vivem. Ou seja, a EA como um componente problematizador e proposito na construção da educação de forma a construir reflexões de temas ambientais transversais presentes no currículo de maneira organizada e permanente (Loureiro, 2004).

Diante disso, o professor na qualidade de formador, é desafiado a propor práticas pedagógicas que sensibilizem os alunos para a percepção dos problemas locais e mundiais utilizando recursos disponíveis na sua realidade educacional. Nesse sentido, Richartz (2015) aponta as metodologias ativas na problematização como estratégia de ensino-aprendizagem, utilizando de exemplos de problemas reais para que o aluno seja motivado a examinar, refletir e buscar soluções para determinado caso investigado. Assim, os professores podem trabalhar com desafios que apresentem impactos ambientais situados em seus respectivos municípios para promover reflexões acerca do contexto ambiental vivenciado.

Pizzinato e Guimarães (2019) afirmam que as comunidades tradicionais são grupos que apresentam grande diversidade sociocultural, dentre os quais podemos citar os quilombolas, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos e camponeses que estão inseridos no território do Baixo Sul. São povos tradicionais que desenvolvem práticas extrativistas de baixo impacto para subsistência familiar e comunitária, possuindo um grande conhecimento e reciprocidade com elementos naturais que são utilizados para garantia da segurança alimentar, fins medicinais e práticas culturais. Diante disso, essas comunidades garantiram ao longo de décadas a defesa de seus territórios contribuindo para a preservação dos ecossistemas existentes na região.

Diante desses aspectos histórico-culturais e socioambientais, práticas pedagógicas que envolvam a valorização da individualidade dessas comunidades são de grande importância (Jungues *et al.*, 2011). Nesse sentido, conhecer essas comunidades constituem valores identitários que muitas vezes, não são trabalhados pelas instituições de ensino. Consideramos, no entanto, que essas comunidades se constituem como um ambiente de formação que possibilita a formação cidadã dos alunos, principalmente pela prática social de cada população e sua importância na conservação da biodiversidade. Além disso, os saberes tradicionais têm muito a contribuir para agregar valores como a coletividade, equidade, mutualidade, respeito à natureza e autocuidado, os quais são necessários nas atividades da EA e na construção do conhecimento pluralista na formação acadêmica (Silva, 2015).

Assim, reafirmamos que promover visitas, além da valorização e a compreensão desses saberes e estimular a sua integração com os conhecimentos já constituídos na escola, constitui-se como componente fundamental na promoção da Educação Ambiental no território. O Baixo Sul possui um grande potencial para a disseminação da EA no âmbito escolar, por

estar inserido em um dos biomas mais ameaçados do Brasil e possuir parte dos seus ecossistemas ocupados por diversas comunidades tradicionais. Além disso, os municípios de abrangência do território chamam atenção pelas belas paisagens e avanço do setor turístico, tornando fundamental que as questões socioambientais do território sejam pautadas nas unidades escolares, na política institucional e na sociedade civil organizada.

Uma técnica pedagógica que pode auxiliar os professores positivamente são as aulas de campo. Segundo Fonseca e Caldeira (2008), este é um recurso didático que pode ser utilizado para apresentar e discutir as complexidades que configuram um determinado espaço geográfico. Ou seja, utilizar ambientes naturais próximos à escola é um recurso viável para problematizar as questões socioambientais que fazem parte do seu cotidiano. Além disso, as aulas de campo próximas às instituições de ensino facilitam o deslocamento e contribuem na reflexão dos possíveis problemas ambientais encontrados e como propor soluções de minimização destes pelos alunos.

As aulas práticas é outra estratégia de ensino importante no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o professor acompanha o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos (Bizzo, 2002). Por isso, a implementação dessa atividade como recurso tem demonstrado contribuições significativas, tanto na formação científica ao aproximar os alunos para o objeto de estudo, quanto ao incentivo a experimentação. Nestas aulas, os professores podem utilizar materiais de baixo custo e materiais recicláveis. Estes materiais podem promover atividades que desenvolvam o entendimento sobre temáticas como: destino dos resíduos sólidos, consumo exagerado, reciclagem, poluição ambiental, entre outros.

As temáticas como consumo e descarte de resíduos sólidos são de grande importância no âmbito educacional, pois a atual sociedade tem ignorado essas questões e vem descartando resíduos em locais inapropriados, sendo seu destino final os lixões, que é uma prática comum no Baixo Sul da Bahia. Uma busca plausível é encorajar nossos alunos a buscarem soluções para o destino correto dos resíduos. Uma alternativa para os resíduos orgânicos é a construção do minhocário para problematização da EA, sendo um recurso passível de ser utilizado em associação com a horta pedagógica, visto que os materiais utilizados são resíduos de alimentos provenientes do lanche escolar (Lima; Teixeira, 2017).

A literatura aponta a horta pedagógica como uma estratégia, ao possibilitar diálogos entre as diferentes disciplinas e experiências reais para os alunos acerca dos conteúdos curriculares. Ao possibilitar que os alunos despertem a curiosidade, debatendo conteúdos da própria botânica no seu dia a dia, descrever os vegetais, os processos de germinação, desenvolvimento, potencial nutritivo, além dos aspectos anatômicos e fisiológicos dos vegetais, incluindo a promoção da alimentação saudável e dados nutricionais (Pereira; Pereira; Pereira, 2012). Além de discutir temas relacionados à produção de alimentos utilizando práticas agroecológicas, em contraposição ao modelo

convencional de agricultura, que estimula o uso abusivo de agrotóxicos e fomenta as desigualdades sociais existentes no campo brasileiro que também irão repercutir nas áreas urbanas.

Considerando a importância desses conteúdos e tendo em vista as potencialidades do território, gerar debates a respeito das plantas medicinais é uma metodologia que vislumbra entender as funcionalidades e usos desses vegetais que perpassam um caminho cultural baseada na biodiversidade existente na Mata Atlântica. Nesse sentido, reconhecermos a importância das plantas no cotidiano dos alunos é essencial, por isso a necessidade da contextualização dessa temática com potencial didático para além das questões socioculturais.

Na região do Baixo Sul da Bahia, a agricultura contribui significativamente para a geração de renda, caracterizada pelo perfil diversificado da produção (mandioca, dendê, guaraná, cacau, hortaliças e açaí) e pelo número expressivo de pequenas propriedades rurais. Nesse sentido, fomentar reflexões acerca do cultivo sustentável de hortaliças, importância da manutenção e desenvolvimento da horta escolar, são alternativas viáveis, visto que muitos alunos são filhos de agricultores locais, que podem disseminar esses conhecimentos com seus pais, valorizando e contribuindo para a agricultura familiar da região. Além disso, a implantação de composteira na escola pode colaborar com outras reflexões na promoção da EA e o adubo orgânico produzido pode ser utilizado para a manutenção da horta (Oliveira; Sartori; Garcez, 2008).

Outras problematizações de caráter emancipatório é relacionar o meio ambiente com as questões sociais que a humanidade vive, como a situação da fome, em virtude da falta de acesso regular a uma alimentação adequada por grande parte da população brasileira ao longo dos anos. No âmbito da discussão sobre a produção de alimentos e sua relação com a realidade social do país, faz-se necessário discutir sobre a questão do acesso à terra no meio rural, marcada pela grilagem, concentração de terras e existência de grandes extensões de terras improdutivas que não cumprem o seu papel social, conforme aponta Oliveira (2018). No Brasil, verifica-se que os latifúndios estão associados à produção de commodities agrícolas (algodão, soja, milho etc.) destinadas ao mercado externo, enquanto grande parte da produção de alimentos do país é realizada pela agricultura camponesa. Vale destacar também, a importância dos movimentos sociais do campo, a exemplo do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que reivindicam a reforma agrária no país e pautam a necessidade de termos uma produção de alimentos mais saudável.

Para Bonamigo (2014, p. 02) “por meio das ações dos movimentos sociais do campo, está sendo construída uma proposta de educação e de escola capaz de contemplar a realidade singular das populações camponesas, pressionando por novas políticas educacionais”. Essas conquistas foram fruto de muitas reivindicações dos movimentos sociais, como o MST, além de outros

movimentos que lutam pela educação do campo no Brasil. As escolas do campo foram idealizadas para a inserção do conhecimento científico pautado no contexto vivido pela comunidade, o ambiente rural, com o ensino voltado às questões do campo tendo em vista as atividades produtivas da comunidade, como a agricultura familiar, produção e processos de trabalho no campo, e ainda, no exercício da cidadania e no desenvolvimento sustentável (Santos, 2018).

Como preconiza no Art. 28 da LDB o currículo escolar deve atender as questões agrícolas e culturais da comunidade. Assim, as metodologias diferenciadas têm um papel importante nesse processo formativo para atender a perspectiva do ensino. Diante desse contexto, as experiências de vida compartilhadas pelas vivências dos alunos e professores durante o ano letivo possibilitam aprendizagens. Por isso, a EA pautada em metodologias didático-pedagógicas que vislumbrem a valorização das atividades produtivas desenvolvidas, o reconhecimento da vida no campo, as identidades culturais e a importância do ambiente que apresentam peculiaridades existentes na natureza contribuem no processo de ensino-aprendizagem (Machado, 2017).

Além disso, existem nesse território de identidade espaços empresariais que podem ser utilizados como locais para visitas técnicas para alunos do ensino médio para fomentar reflexões ambientais, a citar: a Organização de Conservação da Terra (OCT), que atua na Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratigi, localizado na cidade de Ibirapitanga, com atuação em dois eixos: conservação ambiental e fortalecimento dos recursos naturais; e conservação produtiva, com incentivo a culturas agrícolas de baixo impacto, reflorestamento e ocupação da propriedade com cultivos que contribuem para manter o equilíbrio do ecossistema; a Reserva Ecológica Michelin (REM) reconhecida como uma das mais protegidas reservas da Mata Atlântica no Brasil, localizada entre os municípios de Igrapiúna e Ituberá, e abrange a Unidade de Conservação da Cachoeira Pancada Grande, como estratégia de promover a conservação da biodiversidade; e o Centro de Tecnologia Canavieira localizado no município de Camamu, que possui um programa de melhoramento genético de cana-de-açúcar e possui incentivos sustentáveis no âmbito empresarial. Além de cooperativas que possuem significativa produção incentivada pela agricultura familiar.

Ao visitar esses espaços é importante que os professores discutam com criticidade o fato da visita ser realizada em uma reserva ecológica destinada à preservação ambiental dentro de uma área pertencente a uma empresa ligada ao setor automobilístico, como a Michelin. O capital privado busca se apropriar do discurso ecológico para ampliar o mercado consumidor de seus produtos. O "selo verde" é uma estratégia de mostrar publicamente a "preocupação" com a questão ambiental, gerando, com isso, um suposto conforto aos consumidores por estarem adquirindo um produto que possui um dito ecológico.

Diante do exposto, é importante estabelecer na comunidade escolar uma EA que perasse por estratégias metodológicas de forma transdisciplinar e que contribua na dimensão do processo formativo, considerando que os municípios do Baixo Sul estão inseridos em um domínio fitogeográfico extremamente ameaçado por conta da exploração vegetal para fins econômicos, industriais e comerciais que contribuem potencialmente na degradação desse bioma brasileiro. Nessa direção, compete à escola e aos professores propor estratégias na condução dos trabalhos pedagógicos que superem a sala de aula na produção do conhecimento.

Considerações Finais

O debate em torno da EA é urgente e necessário diante de um cenário atual de complexidades e incertezas em que as mudanças climáticas evidenciam como o uso inadequado dos recursos naturais, bem como a ocupação desordenada dos espaços, provocando o agravamento de problemas socioambientais, a exemplos da ocorrência de eventos extremos como secas prolongadas e enchentes.

Além disso, consideramos que a instalação de empreendimentos turísticos no Baixo Sul configura-se como uma ameaça aos fragmentos de Mata Atlântica que ainda restam e às comunidades tradicionais localizadas no território. Uma vez que esses empreendimentos promovem uma série de transformações socioespaciais com reflexos sobre o ambiente natural e para a reprodução socioeconômica e cultural das comunidades.

Diante desse cenário, a implementação de políticas públicas que assegurem a proteção das áreas remanescentes de Mata Atlântica é essencial. Assim, estimular práticas educacionais em valorização da EA nos espaços escolares é uma necessidade dos municípios baianos, vislumbrando a importância das comunidades tradicionais que fazem parte do território e proporcionando seu reconhecimento por parte da população a respeito dos movimentos de luta e valorização da biodiversidade que as comunidades possuem.

Diante da problemática levantada, é válido considerar que o processo da EA no âmbito educacional exige a colaboração de toda comunidade escolar, um trabalho colaborativo que fortaleça a disseminação dessa temática. Para sua efetivação, a formação continuada é um caminho que possibilita a capacitação de professores a diagnosticar, planejar, atuar e refletir ações, que tenham como objetivo fomentar o respeito, a formação cultural e as vivências pessoais dos alunos no que rege os princípios da EA. Além de colaborar para que os professores desenvolvam atividades interdisciplinares com práticas educativas centradas na EA, de forma que possa dialogar com sua realidade e despertando a transformação social e garantindo a efetiva formação do cidadão.

Assim, o Baixo Sul se configura como um potencial ambiental significativo na promoção da EA e carece de estudos que possam potencializar as ações no âmbito escolar quanto a prática interdisciplinar no processo de ensino-aprendizagem e na sensibilização ambiental.

Agradecimentos

Ao Instituto Federal Baiano, Campus Santa Inês pela oportunidade de realizar o curso e ao Programa em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Aos meus orientadores e à banca de defesa pelas contribuições do manuscrito.

Referências

- BAHIA. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Pratigi: Encante I, diagnóstico ambiental.** Ituberá, Bahia, 2004. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/PM_APB_Pratigi_Encarte-I.pdf. Acesso: 10 mar. 2022.
- BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio** (v. 2) / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. 563p. Disponível em: <http://dcrb.educacao.ba.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- BONAMIGO, Carlos Antônio. Possibilidades de interlocução entre educação do campo e desenvolvimento regional. **Anais...** In: X ANPED SUL: Florianópolis, 2014.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática, ensino de quinta a oitava séries.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>. Acesso: 12 mar. 2022.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática, ensino de primeira à quarta séries.** Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso: 15 mar. 2022.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso: 10 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3^aed. Brasília: MMA e MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>. Acesso: 10 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental**, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Ambiental**. 1999. Art. 4º. Capítulo I, Educação Ambiental. 01p. Acesso em 28/11/2011. Disponível em: http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1999-009795/1999-009795-01-05.htm. Acesso em: 25 abr. 2022.

BIZZO, Nélio Marco Vincenzo. **Ciências: fácil ou difícil?** São Paulo: Ática, 2002.

DE VORE, Jonathan Daniel. **Cultivating Hope: Struggles for Land, Equality, and Recognition in the Cacao Lands of Southern Bahia, Brazil**. 746f. 2014. (Doctor of Philosophy (Anthropology)). University of Michigan, Estados Unidos, 2014.

DOSSIÊ MATA ATLÂNTICA. **Projeto de monitoramento participativo da Mata Atlântica**. São Paulo: Instituto Sócioambiental, 2001. 409p.

FERREIRA, Nali Rosa Silva. Currículo: Espaço interdisciplinar de experiências formadoras do professor da escola de Educação Básica. **Rev. Interdisciplinar**, São Paulo, v.1, n.0, p.01-83, out. 2010.

FONSECA, Gustavo da; CALDEIRA, Ana Maria de Andrade. Uma reflexão sobre o ensino aprendizagem de ecologia em aulas práticas e a construção de sociedades sustentáveis. **Rev. Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 1, n. 3, p.70-92, set./dez. 2008.

INEMA, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Unidades de Conservação, APA, APA do Pratigi. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-do-pratigi/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesqui.** n. 118, p. 189-205, março/2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Terras de Estrangeiros no Brasil**. São Paulo: Iânde Editorial, 2018, 267p

PIMENTEL-JÚNIOR, Clívio. Educação científica para ação sociopolítica: elaboração e tratamento de questões sócio-científicas em espaços educacionais não formais. **Anais...** In: XI Colóquio do Museu Pedagógico. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2015, p. 3959.

KRASILCHIK, Myriam. **Práticas do ensino de biologia**. 4^a. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a Educação Ambiental? o cenário político-ideológico da Educação Ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Rev. Contemporânea de Educação**, v.7, n.14, pp.388-411, 2012.

LIMA, Iranete Maria da Silva. Alternância Pedagógica: Metodologia de Ensino para as Escolas do Campo. **Anais...** In: XVII ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Fortaleza – CE, 2014.

LIMA, Débora Aparecida de Aquino; TEIXEIRA, Catarina. Minhocário como prática de Educação Ambiental. **Experiências em Ensino de Ciências**, v.12, nº.7, 2017.

LOUREIRO, Carlos. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LUSTOSA, Thalia Pereira; GOMES, Patrícia Nunes; CARVALHO, Cecília de Souza. A abordagem da Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): o que se mostra na etapa do ensino médio. **Rev. Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Palhoça, v. 12, p. 1-14, 2023.

MATOS, Elaine Cristine Amarante do; MAKNAMARA, Marlécio Silva Cunha da; PRATA, Ana Paula Nascimento do. Pesquisas em ensino de Botânica na Universidade Federal de Sergipe. In: MAKNAMARA, M.(org.). **Itinerário de pesquisa na formação docente em Biologia**. Curitiba: Appris, 2017. p. 151-163.

MENEZES, Geisa Defensor Oliveira; MIRANDA, Maria Anália Macedo de. O lugar da Educação Ambiental na nova Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio. **Rev. Educação Ambiental em Ação**, v. XX, nº 82. Março-Maio/2021.

OLIVEIRA, Emídio; SARTORI, Raul; GARCEZ, Thiago. **Compostagem**. Seminário (Matéria Orgânica do Solo) - Universidade de São Paulo, 2008.

PEDROSO, Carla Vargas. Jogos didáticos no ensino de biologia: uma proposta metodológica baseada em módulo didático. **Anais...** In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE; III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA. PUC-PR, Curitiba, 2009.

PEREIRA, Bruna Fernanda Pacheco; PEREIRA, Maria Beatriz Pacheco; PEREIRA, Francisco Antonio Almeida. Horta escolar: Enriquecendo o ambiente estudantil Distrito de Mosqueiro-Belém/PA. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.7, n.1, pp.29-36, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PIZZINATO, Adolfo; GUIMARÃES, Danilo Silva; LEITE, Jáder Ferreira. Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.39, (n. especial), p. 3-8, 2019.

PAIVA, Marlla Rúbya Ferreira et al. Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem: revisão Integrativa. **Rev. de Políticas Públicas**, v.15, n.2 (2016), 2017.

PORTO, José Renato Sant'Anna. Expansão do turismo, conflitos territoriais e resistência quilombola no Baixo Sul da Bahia. **Rev. del CESLA**, nº23, p. 301-332, 2019.

REIGOTA, Marcos. Desafios à Educação Ambiental escolar. In: JACOBI, Pedro. et al. (Orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA, 2001.

REALI, Aline Maria de Medeiros; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Práticas profissionais, formação inicial e diversidade: análise de uma proposta de ensino e aprendizagem. In: MIZUKAMI, M.G.; REALI, A.M. (Orgs.). **Aprendizagem profissional da docência: saberes, contextos e práticas**. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p.119-38.

RICHARTZ, Terezinha. METODOLOGIA ATIVA: a importância da pesquisa na formação de professores. **Rev. da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 13, n. 1, p. 296-304, 2015.

RIBEIRO, Marta; SANTOS, Luís. Atividades lúdicas no ensino de ecologia e Educação Ambiental: uma nova proposta de ensino. **Anais...** In: Encontro Regional de Ensino de Biologia. Niterói, 2001. p. 120-21.

SANTOS, Marilene. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Ensaio**. Rio de Janeiro, v.26, n. 98, p. 185-212, jan./mar., 2018.

SAVIANI, Demeval. **Escola e democracia**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Silvana do Nascimento; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. As Vozes de Professores-Pesquisadores do Campo da Educação Ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil ao Ensino Fundamental. **Ciência educ.**, Bauru, v. 26, e20004, 2020.

SILVA, Alexandre. **Educação Ambiental nos cursos de licenciatura em ciências biológicas da universidade estadual do sudoeste da Bahia**. 2022. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Jequié, 2022.

SILVA, Egnaldo Rocha da. **Comunidade negra rural de Lagoa Santa: história, memória e luta pelo acesso e permanência na terra (1950-2011)**. 2013. Dissertação. (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Emanuel Mateus da. O papel da Educação Ambiental nas ações de combate as mudanças climáticas. **Rev. Brasileira de Educação Ambiental**, v.14, n.2, pp.387-396, 2019.

SILVA, Ana Tereza Reis da. A conservação da biodiversidade entre os saberes da tradição e a ciência. **Estudos Avançados**, v. 29, n.83, p. 233-259, 2015.

SORRENTINO, Marcos; BIASOLI, Semiramis Albuquerque. Ambientalização das instituições de educação superior e Educação Ambiental: contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis. In: RUSCHEINSKY, A. GUERRA, A.F.S.; FIGUEIREDO, M.L.; LEME, P.C.S.; RANIERI, V.E.L.; DELITTI, W.B.C. (Orgs.) **Ambientalização na Instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. São Paulo: EESC/USP, 2014. p. 39-45.

SOUZA, Vanessa Marcondes de. Para o mercado ou para a cidadania? A Educação Ambiental nas instituições pública de ensino superior no Brasil. **Rev. Brasileira de Educação**, v. 21 n. 64 jan.-mar. 2016.

SOUZA, Roosevelt Fideles de; **Uma experiência em Educação Ambiental: formação de valores socioambientais**. 2003. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

TREIN, Eunice Schilling. A perspectiva crítica e emancipatória da Educação Ambiental. In: **Educação Ambiental no Brasil. Salto para o futuro**. Ministério da Educação. Ano XVIII, boletim 01, p. 41-45. Março, 2008.